

# Parlamentares prevêm revalorização política

A revalorização do político será uma decorrência inevitável da normalização institucional do país, a ocorrer a 1º de janeiro de 1979, segundo experientes parlamentares da Arena e do MDB, para os quais ela já começou, ante à perspectiva de disputa do Colégio Eleitoral que, a 15 de outubro, elegerá o futuro Presidente da República.

Para eles, a abertura gerará inevitavelmente a restauração do prestígio dos legislativos e dos políticos, dentro do jogo democrático. Isto, de acordo com suas previsões, ocorrerá vagarosamente no Governo do general João Baptista Figueiredo, devendo acelerar-se na iminência da realização de eleições diretas para os governos estaduais em 1982. Eles admitem que o futuro Presidente enfrentará inevitavelmente dificuldades para executar sua promessa de governar com a Arena, na medida das resistências da tecnoburocracia militar, instalada nos postos da administração pública e firmemente decidida a não partilhar com os representantes do povo.

O primeiro vice-líder do Governo, deputado Herbert Levy, é dos que pregam a ruptura do bipartidarismo para que «a representação popular seja devidamente prestigiada, bem como o partido. Isto contribuirá poderosamente para o aperfeiçoamento das instituições democráticas em nosso país. Como complemento às reformas, teremos a obra de valorização do Congresso, do Legislativo brasileiro, dos partidos que devem ser co-responsáveis pelas decisões do Governo e não, como no nosso caso, sermos obrigados a defender decisões das quais não participamos e com as quais não estamos de acordo».

Cautelosamente, os políticos assentam suas esperanças de revigoração do prestígio da classe do Legislativo no êxito da promessa de abertura, representada pelas reformas e pela pregação do candidato oficial à Presidência da República, general João Baptista Figueiredo.

Eles registram, com satisfação, o interesse do ex-chefe do SNI de buscar entendimento com senadores e deputados, com os integrantes do Colégio Eleitoral e assinalar, dentro deste quadro, as cortesias e as atenções com que tem sido tratados, inclusive na inauguração do escritório do candidato, no Aracoara Hotel, em Brasília.

Atribuem estas mudanças em relação ao próprio candidato Geisel, em 1973, não apenas ao anúncio da normalização institucional, como ao fato de que, pela primeira vez, no período revolucionário, há a perspectiva de um embate no Colégio Eleitoral entre o candidato oficial e o do MDB que poderá vir a ser um militar da expressão do general Euler Bentes Monteiro. O recurso ao Instituto de Fidelidade Partidária, para a votação de 15 de outubro, é visto como um indicador de que o Governo teme que arenistas descontentes com as sucessões estaduais se juntem ao MDB para definição de um resultado diferente do desejado pelo Palácio do Planalto, este temor implicará necessariamente, segundo seus prognósticos, a assunção de compromissos quanto à formação dos escalões administrativos com os eleitores e não apenas com tecnocratas e militares.

Outro sintoma de que a barganha política poderá voltar a identificação no esforço que o Governo vem fazendo para contemplar, composições, os políticos, preteridos nas sucessões estaduais ou que arcarão com o ônus da disputa direta ao Senado. Assim Matos Leão que não conseguiu ser vice-governador de Ney Braga, foi nomeado para para uma diretoria do Banco do Brasil, o senador Wilson Gonçalves, que não ganhou a biônica do Ceará, irá para o Tribunal Federal de Recursos. Estudam-se compensações para outros marginalizados como Braga Júnior, do Amazonas, Catete Pinheiro, do Pará, Fausto Castello Branco, do Piauí, Odair Becker, de Santa Catarina.

Os que foram compelidos a enfrentar o voto direto, na perigosa luta pelo Senado, na legenda arenista, tiveram suas resistências diminuídas pela garantia de que serão aquinhoados com altos postos, nos futuros governos federal ou estaduais. Assim Túlio Vargas, candidato pelo Paraná, conseguirá o Tribunal de Contas do Estado que o governador Jaime Canet não lhe quis dar. O mesmo deverá ocorrer ao ex-líder do Governo, deputado Geraldo Freire, em Minas. Fagundes Neto, seu companheiro de chapa, irá para a presidência da Usiminas ou da Siderbrás. Osires Teixeira, de Goiás, sonha com o Governo do Distrito Federal, Wilmar Dallanhol, de Santa Catarina, retornará a Celesc, Companhia de Eletricidade do Estado. Passos Porto ocupará a Secretaria de Agricultura de Sergipe. O engenheiro José Lins Albuquerque, do Ceará, é apontado como futuro presidente do BNB.

A volta do pluripartidarismo deixará o futuro Governo em maior dependência do apoio de maioria do Congresso, para a aprovação de matérias de seu interesse e para o desenvolvimento de sua ação administrativa.

Se eleito, Figueiredo precisará assim compor-se com dois ou três partidos e isto somente poderá ocorrer, num clima de normalidade constitucional, através de barganha política: assim, segundo as expectativas correntes no Congresso, será revivido um hábito banido da vida pública brasileira, desde os acontecimentos de 1968, o direito dos políticos indicarem candidatos aos cargos públicos federais. O que importará no primeiro problema para o futuro Governo: o de desalojar deles o estamento tecnoburocrático militar. E isto se tornará mais premente, na medida em que se aproximem as eleições diretas, para os governos estaduais em 1982 as quais somente serão ganhas pelos partidos oficiais, através dos políticos.